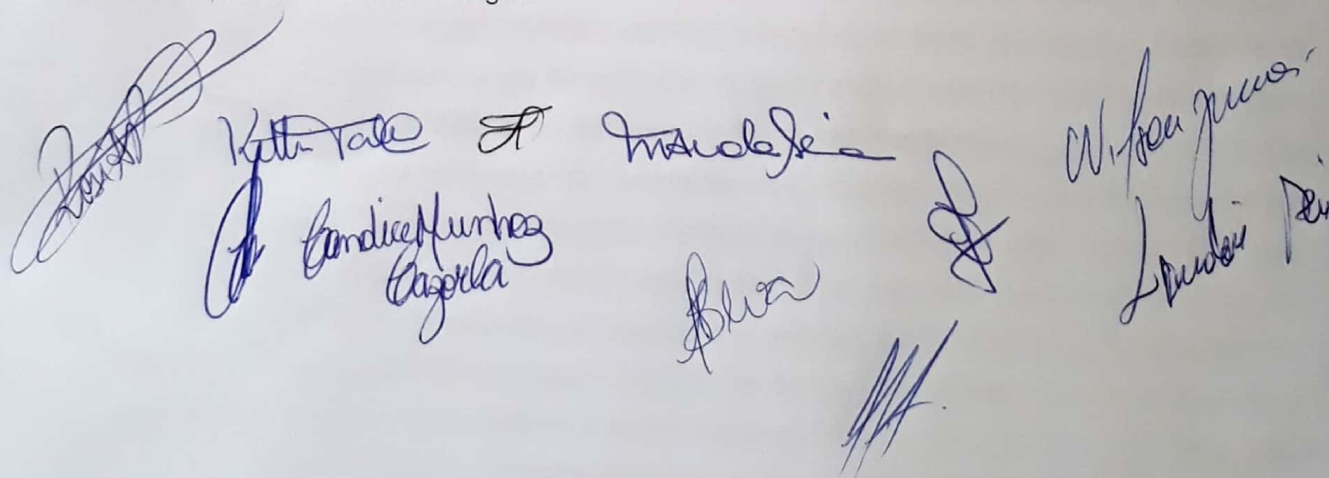


ATA Nº 13/2018 – Reunião Extraordinária do CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú/SC – 22/10/2018. Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, **reuniram-se extraordinariamente**, na sede da Casa dos Conselhos, às quatorze horas, **os(as) seguintes conselheiros(as)**: Natalli Pazini Silva (Titular/Política de Assistência Social – SDIS), Laudair Reis (Suplente/Política de Assistência Social – SDIS), Candice Munhoz Cazorla (Titular/Proteção Social Básica – CRAS), Paulo Fabrício Ulguim Rodrigues (Suplente/Proteção Social Básica – CRAS), Rosinalva Aparecida Pereira (Titular/Proteção Social Especial – Resgate Social), Lilian Fernanda Martins Camargo (Fundação Cultural de Balneário Camboriú), Ketlin Talevi (Suplente/Secretaria de Articulação Governamental), Thiara Silveira de Freitas (Titular/Trabalhadores – NUCRESS), Wilson Reginatto Junior (Titular/Entidades – Amor pra Down), Vanessa Fiorini (Titular/Entidades – APAE) Fernando Farias (Suplente/Entidades – FACDD) e Maria Aparecida Nunes da Silva (Titular/Entidades – AFADEFI). **Contando com a Participação de:** Francielly Raquel Domingues Vianna (Casa dos Conselhos) e Claudia Lobo Philippi (Equipe Técnica de Gestão do SUAS). Após dez minutos de tolerância, a reunião é iniciada com os membros presentes, tendo como item único de pauta: Lei de Benefícios Eventuais. A presidente Vanessa inicia a reunião e lembra que a Lei já havia sido enviada por email para acesso dos conselheiros, sendo a proposta assim, de alteração da norma e em seguida, concede espaço para que os conselheiros se manifestem, no sentido de abrir os trabalhos do dia. Não havendo manifestação, Vanessa prossegue a apresentação da proposta de alteração da Lei, sugerindo a alteração do termo “agenda pública”, no documento argumentativo escrito pela Equipe Técnica de Gestão do SUAS, com relação à Lei dos Benefícios Eventuais. Além disso, a mesma salienta a necessidade de complementarmos a redação do referido documento, visando relacionar o tema do SUAS com o conteúdo do Benefício Eventual. Vanessa sugere ainda colocarmos em nota de rodapé algum dado que possa corroborar a informação sobre prevenção de deficiências, no que tange à questão nutricional. Já com relação à proposta da Lei, a conselheira Vanessa faz ponderações em relação a Lei vigente para com a proposta de alteração da mesma. Alguns parágrafos foram destacados, com sugestão de alteração. Destes, foi questionado o caso das famílias que apresentarem situação de vulnerabilidade social, mas que não estiverem inscritas no Cadastro Único. Esta é uma das situações que precisa ser revista na proposta da Lei, pois estas famílias também possuem o direito de acesso ao Benefício de Vulnerabilidade Temporária, seguindo os princípios e diretrizes da política de assistência social. Seguindo este debate, a conselheira Candice ressaltou a importância de fortalecer a articulação e vincular as famílias que, eventualmente, acessam o referido benefício eventual, com os

serviços de caráter continuado ofertados nos CRAS, visando contribuir no processo de fortalecimento do grupo familiar, além de corroborar com o caráter provisório deste benefício. O conselheiro Fernando questiona sobre a renda da família, para que esta possa estar inserida no Cadastro Único, momento em que Vanessa esclarece que não pode passar de três salários mínimos. Com relação ao valores estabelecidos na proposta da Lei, para a substituição da cesta básica para o cartão alimentação, os conselheiros se manifestaram favoráveis, pois a porcentagem estabelecida foi baseada no critério do número de integrantes da composição familiar. Ou seja, famílias numerosas terão um valor maior disponível no cartão, no momento do repasse. Ainda com relação a este ponto de pauta, a conselheira Vanessa faz uma importante reflexão no que se refere vincular as famílias que, eventualmente recebem o benefício, com as ações socioeducativas de caráter continuado desenvolvidas nos serviços. Tal reflexão se dá, uma vez que os serviços são ofertados apenas em horário de expediente, inviabilizando o acesso e a efetiva participação de muitas famílias. O conselheiro Wilson Júnior socializa sua experiência com relação ao assunto em debate, pois participou do processo de aprovação desta Lei, no município de Itajaí. O mesmo relatou que em Itajaí foi aprovada a Lei dos Benefícios Eventuais e estabeleceram critérios para vincular os membros das famílias beneficiárias, nos cursos de qualificação profissional ofertados, visando assim contribuir no processo de re(inserção) ao mercado de trabalho e geração de renda. Vanessa mencionou que já consta na Lei do município de Balneário Camboriú que as famílias beneficiárias terão prioridade de atendimento no Sistema Municipal de Emprego - SIME. Claudia, integrante da Equipe Técnica de Gestão do SUAS, menciona que há muitas situações em que a família permanece por mais de 1 (um) ano em situação de vulnerabilidade social, necessitando do acesso a este benefício. Outra situação destacada pela conselheira Ketlin, e que demanda de acesso ao Benefício de Vulnerabilidade Temporária, é a presença de algumas patologias. Ou seja, muitas famílias apresentam agravantes de saúde, comprometendo o orçamento do grupo familiar, momento em que encontram dificuldades para garantir o acesso a outros direitos sociais básicos, como o caso da alimentação. Outro ponto em destaque na Lei é sobre a autorização, por parte do gestor, em solicitar o extrato para averiguar os gastos, proposta esta que os conselheiros deliberaram por ser revogada. No que diz respeito ao período de tempo em que a família poderá receber o Benefício Eventual, fica definido que poderá ser reavaliado, conforme a necessidade e parecer do profissional Assistente Social. Na sequência, a conselheira Lilian fala sobre as excepcionalidades, como por exemplo do artista de rua, artesão, que passam por situações eventuais de vulnerabilidade social. A mesma questiona quanto ao encaminhamento para esta população. Neste sentido, são feitas reflexões e

esclarecimentos, pois também fazem parte dos grupos familiares que possuem o direito de acessar o benefício em questão. Feitos os esclarecimentos e debates, os conselheiros ponderam sobre a Lei atual e os ganhos adquiridos, a conselheira Vanessa sugere diante disso, que não sejam consideradas as alterações indicadas por ela pensando em dar maior agilidade no processo de transformação da cesta básica para cartão. Mas sim, aprovar a proposta do projeto apresentado pela Equipe Técnica de Gestão do SUAS, mudando no projeto apresentado apenas o que se refere aos: Art. 17 sobre a vigência dos benefícios, ficando a seguinte redação "Art. 17. O Benefício Eventual poderá ter tempo de permanência de até seis (6) meses para cada indivíduo ou família em situação de vulnerabilidade social, identificados pelas equipes de Proteção Social Básica (CRAS) e Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS), podendo ser reavaliado, conforme a necessidade, conforme parecer do (a) assistente social" alterar o que se refere ao Parágrafo único do Artigo 17, que passa a ser revogado, e ao que se refere ao paragrafo 3º do Art. 14 também fica revogado. Os conselheiros acordam em retomar posteriormente essa discussão, pois na Lei aprovada em 2015, alguns pontos necessitam de revisão, conforme debatido por vários conselheiros nesta reunião. A conselheira Natalli sugere também que o conselho aprove a proposta apresentada, assim garante-se a substituição da cesta básica para o cartão alimentação e, mais adiante seja colocado novamente em pauta, o debate de alteração de alguns pontos da Lei. Dando sequência, a conselheira Ketlin realiza a leitura completa da Proposta de Lei e fundamentação. Vanessa colocando em votação. Conselheiros aprovam a Proposta de alterações da Lei vigente, por unanimidade. Sem mais a tratar, é dada por encerrada a reunião e eu, Francielly Raquel Domingues Vianna, secretária executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.


Ketlin
Francielly Raquel Domingues Vianna
Vanessa
Natalli
Laudir